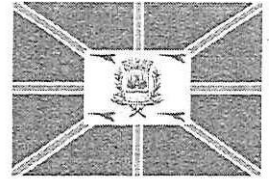




PREFEITURA DE
ARAGUARI
GABINETE DO
PREFEITO

DE ARAGUARI
O PREFEITO



Nº 019 / 2019.

PROJETO DE LEI

"Dispõe sobre a alteração na Lei nº 5.930, de 12 de setembro de 2017, que "Institui Programa de Demissão Voluntária dos Servidores Públicos da

Administração Direta e Indireta do Município de Araguari, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 8º da Lei nº 5.930, de 12 de setembro de 2017, que "Institui Programa de Demissão Voluntária dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Araguari, e dá outras providências", passa a ter esta redação:

"Art. 8º O Programa de Demissão Voluntária terá como data de inscrição o período compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro a 30 (trinta) de junho de cada ano, e de execução de 1º (primeiro) a 31 (trinta e um) de julho, do ano subsequente.

Art. 2º
Revogadas as
disposições em
contrário, esta Lei entra
em vigor na data da sua
publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, E em 4 de fevereiro de 2019.

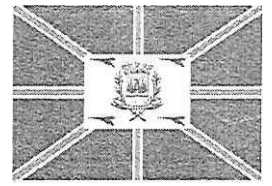
Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito

Prefeito



Thereza Christina Griep
 Thereza Christina Griep
 Secretária de Administração

**PREFEITURA DE ARAGUARI
 GABINETE DO PREFEITO**



JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores!

Estamos enviando a esta Casa Legislativa o incluso que "Dispõe sobre a alteração na Lei nº 5.930, de 12 de setembro de 2017, que "Institui Programa de Demissão Voluntária dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Araguari, e dá outras providências."

O presente Projeto de Lei visa alterar o prazo de inscrição de Programa de Demissão Voluntária dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Araguari.

Atualmente o prazo de inscrição ao Programa de Demissão Voluntária, criado pela Lei nº 5.930, de 12 de setembro de 2017, é de 1^o (primeiro) a 30 (trinta) de junho de cada ano, sendo que a execução do PDV se dará no mês de julho do ano subsequente.

Com a proposta de alteração constante deste Projeto de Lei, o período de inscrição ao Programa de Demissão Voluntária, criado pela Lei nº 5.930, de 12 de setembro de 2017, será de 1^o (primeiro) de janeiro a 30 (trinta) de junho de cada ano, continuando o período de execução da demissão voluntária, no mês de julho do ano subsequente.

A alteração aqui proposta é necessária, devido ao número de servidores interessados em aderir ao Programa de Demissão Voluntária ter aumentado, inclusive aqueles que pretendem se inscrever, para poderem fazer uso da licença preliminar que aqueles servidores inscritos no PDV, passam a ter direito, antes da efetivação da demissão voluntária.

Dessa forma, à vista do relevante interesse público consubstanciado na matéria que exige de urgência, com dispensa dos interessados, submeto a Vossas Excelências solicito a apreciação com

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Mato Grosso do Sul, 2019.

Marcos Coelho de Carvalho
 Prefeito

consequente votação e aprovação deste Projeto de Lei, adotando-se em seu trâmite o regime de urgência, com dispensa dos i erstícios regimentais.

Estado de Minas

Gerais, em 4 de fevereiro de 2019.



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 5930, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

"Institui Programa de Demissão Voluntária dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Araguari, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Fica instituído no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Araguari o Programa de Demissão Voluntária de Servidores (PDV), destinado a atender situações especiais e dar oportunidades àqueles, não vocacionados para o serviço público, de buscarem outra atividade de subsistência.

Parágrafo único. Ficam excluídos do Programa de Demissão Voluntária os ocupantes de cargos de provimento em comissão.

São princípios institucionais do Programa de Demissão Voluntária:

- I - liberdade de adesão;
- II - condições de igualdade sem discriminação de trabalhadores;
- III - bilateralidade, demonstrando reciprocidade de concessões;
- IV - descrição das vantagens concedidas, explicitando as indenizações de incentivo, com a isenção de imposto de renda e contribuição previdenciária.

Poderá requerer inscrição ao referido programa o servidor que preencher os seguintes requisitos:

- I - ser efetivo ou estável há mais de 5 (cinco) anos no serviço público municipal;
 - II - obter parecer favorável da Secretaria Municipal onde estiver lotado, quanto à conveniência do desligamento.
-

S IP O requerimento citado no caput deste artigo será formulado por escrito, em modelo padronizado, onde o servidor declara sua opção, em caráter irrevogável, de se desligar do serviço público municipal.

S 22 0 pedido de desligamento voluntário, nos termos desta Lei, só será acordado se a saída do servidor não representar grave comprometimento ao serviço público, podendo ser negado pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º A título de incentivo ao pedido de desligamento voluntário, ao servidor será paga uma indenização correspondente a 01 (um) mês de vencimento ou salário básico para cada ano de efetivo exercício na Administração Pública Municipal.

S 12 Para fins do disposto neste artigo será computado o tempo de serviço público ininterrupto prestado ao Município de Araguari, devidamente comprovado.

S 22 O vencimento ou salário básico a que se refere o caput deste artigo será o último do emprego ou do cargo efetivo para o qual o servidor tiver sido admitido originariamente.

S 32 A indenização a que se refere o caput deste artigo será paga na seguinte proporção:

I - para os servidores que tiverem entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de efetivo exercício no cargo ou no emprego, indenização correspondente a 01 (um) mês de salário-base atual multiplicado por ano trabalhado;

II - para os servidores que tiverem mais de 10 (anos) de efetivo exercício no cargo ou no emprego, indenização correspondente a 01 (um) mês de salário-base atual multiplicado por ano trabalhado até o limite de 10 (anos); a partir do 11º (décimo primeiro) ano, indenização correspondente a meio salário-base atual multiplicado por ano trabalhado.

O deferimento do pedido ficará, ainda, na dependência da disponibilidade de recursos do Município, podendo o pagamento da indenização ser parcelado, com plena aquiescência do servidor, o que constará no respectivo termo de demissão voluntária.

Será considerado vago o cargo ou emprego público, em razão do desligamento voluntário do servidor.

A recontração ou a nomeação do servidor que aderir ao Programa de Demissão Voluntária fica vedada por 4 (quatro) anos, salvo quando do preenchimento da vaga por novos servidores, em decorrência de provimento, em virtude da aprovação em concurso público.

Parágrafo único. Na hipótese da última parte do caput deste artigo, somente se admitirá o preenchimento da vaga por servidor optante por aderir ao Programa de Demissão Voluntária, em razão de aprovação em concurso público, depois de decorridos 2 (anos) de seu desligamento voluntário.

Art. 82 O Programa de Demissão Voluntária terá como data de inscrição o período compreendido entre 12 (primeiro) e 30 (trinta) de junho de cada ano, e de execução de 12 (primeiro) a 31 (trinta e um) de julho, do ano Subsequente.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o primeiro período de inscrição no Programa de Demissão Voluntária se dará em até 60 (sessenta) dias a contar da data de aprovação desta Lei, e o primeiro período de execução será de 12 (primeiro) a 31 (trinta e um) de julho de 2018.

Art. 92 Fica assegurado aos servidores estabilizados na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, bem como aqueles que ingressaram no serviço público municipal, no período compreendido entre 5 de outubro de 1983 a 5 de outubro de 1988, e ainda aos servidores já aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), as mesmas

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 2017.

Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito

Thereza Christina Griep
Secretária de Administração

André Fabiano dos Reis
Superintendente da SAE

Jean Carlos Laverdi
Presidente da FAEC

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/09/2017
